

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 31 DE OUTUBRO DE 1991

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua reunião realizada nos dias 30 e 31 de outubro de 1991, considerando o disposto no Art. 1º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e o inciso XIV do Art. 2º de seu Regimento Interno, e

Tendo em vista o pronunciamento do Ministério da Saúde na 7ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde quanto a manutenção da convocação da IX Conferência Nacional de Saúde, mas propondo sua transferência para a última semana de março do próximo ano, por razões técnicas e financeiras explicitadas em documento anexo a esta Resolução;

Tendo em vista que o Conselho Nacional de Saúde em sua 6ª Reunião Ordinária apreciando a questão relativa à etapa nacional da IX Conferência Nacional de Saúde, manifestou sua posição de realização da mencionada etapa nacional da data de 18 a 22 de novembro de 1991;

Tendo em vista a impossibilidade técnica da manutenção desta data;

Tendo em vista, finalmente, tudo o que demais consta da ata dos debates registrados na mencionada reunião dos dias 30 e 31 de outubro de 1991.

RESOLVE:

Adotar a proposta da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Saúde, que passa a fazer parte integrante desta Resolução, e encaminha-la a consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde.

ALCENI GUERRA

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS Nº 010, nos termos do Decreto de 12 de novembro de 1991.

ALCENI GUERRA

Ministro de Estado da Saúde

PROPOSTA PARA VIABILIZAR A ETAPA NACIONAL DA IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE NO ANO DE 1991

Considerando o papel fundamental das conferências nacionais de saúde na avaliação da situação de saúde no País e na proposição de diretrizes para a formulação das políticas de saúde (art. 1º, da Lei nº 8.142, de 29 de dezembro de 1990);

Considerando que a IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, convocada em 1990, *“terá por finalidade promover a reflexão e o debate sobre a Reforma Sanitária e, em particular, a implantação do Sistema Único de Saúde, analisando e orientando o seu processo de descentralização”* (art. 1º do Regimento da IX CNS, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde);

Considerando que a grave crise por que passa o País com profundas repercussões sobre o setor saúde, impõe que todos os esforços sejam realizados no sentido de alcançar entendimento e compromisso de toda a sociedade com alternativas de solução;

Considerando que, uma vez cumpridas as etapas municipal e estadual da IX CNS, é de interesse geral a realização da etapa nacional em tempo o mais próximo possível das fases antecedentes, a fim de que a consolidação nacional dos seus resultados sirva de apoio e orientação às esferas federal, estadual e municipal de comando do SUS;

Considerando que a participação da comunidade na condução e avaliação do SUS, prevista na Constituição da República e na Lei Orgânica de Saúde, é fator preponderante no aperfeiçoamento do sistema, e que essa participação ficou patente nas etapas já realizadas da IX CNS;

Considerando que, a possibilidade de adiamento da realização da etapa nacional da IX CNS, por quatro meses, de acordo com razão alegada pelo Ministério da Saúde, deve-se à insuficiência ocasional de recursos;

Considerando que os argumentos de dificuldade financeira não são reconhecidos como fatores **irremovíveis**;

Considerando que os governos estaduais e municipais, quando da realização das respectivas etapas estadual e municipal conviverem e superaram as dificuldades de custeio das mesmas por meio de decisão política em consonância com os interesses da sociedade;

Considerando o resultado de entendimentos mantidos entre representantes das Comissões Organizadoras das Conferências Estaduais de Saúde, no sentido de conjugação de recursos materiais e financeiros das três esferas do Governo do SUS para a realização da etapa nacional da IX CNS ainda no corrente ano, de 09 a 13 de dezembro de 1991, sem prejuízo da qualidade que o evento requer;

A Comissão Organizadora, apoiada pelos Coordenadores da etapa estadual propõe que o custo da realização da etapa nacional da IX CNS seja repartido da seguinte forma:

1. Estados e Municípios assumem integralmente as despesas de transporte, estadia e alimentação de seus delegados representantes dos usuários, sendo os demais delegados custeados por suas entidades ou instituições;

2. Os delegados que correspondem aos 20% e de competência do Conselho Nacional de Saúde serão custeados pelas suas entidades ou instituições, incluídos os usuários;

3. Estados e Municípios, mediante solicitação que o Ministério da Saúde fará até 05 de novembro de 1991, contribuirão financeiramente com um valor de CR% 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), que financiarão despesas de instalação e infra-estrutura;

4. Os demais gastos com a organização administrativa, no montante de CR\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) continuam a cargo do Governo Federal;

5. Os recursos obtidos conforme previstos nos itens 3 e 4, serão depositados até 20 de novembro de 1991 em conta especial aberta no Banco do Brasil, em nome da IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE e geridos em conjunto pelo CONASS e CONASEMS, sob controle do Conselho Nacional de Saúde;

6. Na hipótese da etapa nacional da IX CNS não poder ser realizar no Distrito Federal, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo se dispõem a ceder local e oferecer alojamento, alimentação e transporte urbano aos delegados à Conferência, desde que a União Permaneça como patrocinadora do evento, na forma da Lei.

JOSÉ ERI OSÓRIO DE MEDEIROS
Presidente do Conselho Nacional de
Secretários Municipais de Saúde

MAURO DAISSON GOULART
Representante do Conselho Nacional de
Secretários Estaduais de Saúde

COMISSÃO ORGANIZADORA DA ETAPA NACIONAL E
COMISSÕES ORGANIZADORAS DA ETAPA ESTADUAL